

Amor do Brasil à ONU



» JOSÉ SARNEY
*Ex-presidente da República,
escritor e imortal da Academia
Brasileira de Letras*

Quando me tornei deputado federal, a Câmara dos Deputados ficava no Rio de Janeiro, no Palácio Tiradentes. Continuei deputado depois da inauguração de Brasília, a nova capital. Em 1961, ao contrário do que veio depois, quando Câmara e Senado passaram a fazer parte da delegação como observadores parlamentares, a representação dos nossos órgãos legislativos era nomeada pelo presidente da República e participava plenamente dos trabalhos. Eu fui convidado pelo ministro Afonso Arinos, chefe da delegação, para integrá-la. A Assembleia Geral das Nações Unidas era realizada sempre no mês de setembro, e o Brasil, desde 1955, abria os trabalhos.

Era a 16ª Assembleia Geral, e os sinos da Segunda Grande Guerra Mundial ainda eram ouvidos ao longe.

Tornei-me membro da Comissão de Política Especial, encarregada, nas Nações Unidas, das questões do Alto Adige (atualmente a Província Autônoma de Bolzano, com população de origem austríaca, ocupada pela Itália durante o fascismo, onde um grupo procurava a independência com ações terroristas); dos refugiados árabes da Palestina (como eram chamados os palestinos expulsos de suas terras para a criação do Estado de Israel); do apartheid na África do Sul, sistema abominável de segregação racial; e de outros assuntos. Da Comissão de Política Especial faziam parte Golda Meir, representando Israel, e Antonio Segni, ministro das Relações Exteriores da Itália e futuro presidente daquele país, eu — então com 31 anos de idade —, pelo Brasil, e outros membros, todos de grande representatividade mundial. Ali, sentado naquele ambiente de grande prestígio, eu estava nervoso, mas agradecido a Deus por ter me conduzido, tão jovem, a

tamanhas responsabilidades, que procurei cumprir com o maior zelo e grande dedicação. Procurei manter aproximação com Golda Meir, e duas vezes ela me convidou para almoçar — ela que já era, e continuou sendo, um ícone mundial —, com Yitzhak Rabin e Shimon Peres. Este, quando veio ao Brasil, citou um de meus livros em seu discurso. Foi um dos maiores oradores que ouvi. Muito diferente de Netanyahu, ele foi o verdadeiro representante do povo judeu.

Naquela Comissão na ONU, eu proferi talvez o primeiro discurso do Brasil contra o apartheid. Condenei veementemente a excrecência daquele regime e citei a Lei Afonso Arinos, que criminalizou a discriminação racial.

Agora, o pronunciamento de Lula nas Nações Unidas foi excelente, bem estruturado e magnificamente escrito. Concordo com sua afirmação sobre a falência da ONU na realização de seus objetivos de promover a paz e acabar com as guerras (embora tenha conseguido evitar até agora uma nova guerra mundial), que expressa um sentimento unânime da comunidade internacional.

Recordo que, quando pela primeira vez estive nas Nações Unidas, o mundo era muito diferente. O Estado de Israel tinha sido criado havia uma quinzena de anos; muitos palestinos viviam abrigados em campos de refugiados, como o que visitei perto de Sídon, no sul do Líbano — e que deu origem ao Hezbollah. Penso que foi um grande erro a ONU não ter consolidado também o Estado Palestino, após ter aprovado a sua criação. Já os atuais Emirados Árabes e outros territórios da região eram liderados por emires e sultões que andavam paramentados naqueles corredores em busca de tornar seus países independentes, o que ocorreu. Hoje, eles são ricos exportadores de petróleo.

O Brasil esteve perto de integrar o órgão executivo da Liga das Nações e, mais tarde, o Conselho de Segurança na estruturação da ONU após a Segunda Grande Guerra, conflito de que participamos com um grande corpo expedicionário — nossos mortos, naquela época, ainda repousavam em Pistóia, na Itália, onde lutamos.

O país sempre sonhou ser membro permanente de uma organização que fosse criada para

assegurar a paz mundial. Alegava ser o maior país da América do Sul e da América Latina, com participação nas duas Grandes Guerras Mundiais, e o único da região a enviar tropas para o combate contra os alemães, com um expressivo contingente de expedicionários que lutou em campos europeus. O Brasil sofreu com vítimas em campos de batalha e teve muitos navios mercantes afundados, somando perdas humanas e materiais.

Durante os trabalhos da Liga das Nações, na década de 1920, o Brasil teve sua pretensão a um assento permanente frustrada por oposição de países europeus e pela falta de apoio dos nossos vizinhos, países do nosso próprio continente. Em resposta, o Brasil usou seu direito de veto contra a Alemanha e, isolado diplomaticamente, retirou-se da organização, em 1926.

Nas Nações Unidas, instituição idealizada e com nome dado por Franklin Roosevelt, o Brasil recebeu o compromisso de ter participação de destaque, inclusive no Conselho de Segurança. Esse pleito era encampado pelo próprio presidente norte-americano. Contudo, essa proposta foi barrada em 1945, na Conferência de São Francisco, durante a elaboração da Carta da ONU — seu capítulo dos direitos humanos, escrito em 1948, teve importante colaboração do grande escritor brasileiro e presidente da nossa Academia Brasileira de Letras (ABL) por mais de 30 anos, Austregésilo de Athayde. A oposição a termos assento permanente veio do Reino Unido, da União Soviética e de países da própria América Latina. Àquela altura, Roosevelt, nosso grande amigo, já havia falecido, e seu compromisso não foi mantido. Mesmo assim, o Brasil assinou a Carta e, desde o início, mantém com a ONU uma relação de amor e apoio.

Quando fui presidente, renovei esse pleito, ainda hoje secundado pelo presidente Lula, e continuamos a reivindicar a reforma da Carta da ONU para que o Brasil integre o Conselho de Segurança como membro permanente.

Enquanto esse momento não chega, devemos prestigiar as Nações Unidas, pois é essa organização que assegura a convivência internacional e a igualdade das nações.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



A conservação da Amazônia passa pela prosperidade das pessoas



» MARCELO THOMÉ
*Vice-presidente da CNI,
presidente do Instituto
Amazônia+21 (IAMZ+21)e da
Federação das Indústrias do
Estado de Rondônia (Fiero)*

Quando a pauta é a Amazônia, é natural que nosso foco esteja na floresta, reconhecidamente um patrimônio ambiental de valor incalculável para o Brasil e o planeta. Mas para olhar verdadeiramente para o território, é preciso enxergá-lo por completo, com lentes que alcancem também as pessoas que estão ali.

A Amazônia Legal convive com desafios sociais incompatíveis com suas possibilidades. Seus cerca de 28 milhões de habitantes, distribuídos por nove estados, enfrentam desigualdades acentuadas em relação ao restante do Brasil. Quase metade da população ocupada está na informalidade e, coincidentemente, a mesma proporção (46,3%) recebe até um salário mínimo, quando no restante do país os percentuais chegam a 30,9% e 32,8%, respectivamente. Além disso, mais de um terço dos amazônicos — por volta de 35% das pessoas — está em situação de vulnerabilidade à pobreza, vivendo em domicílios com renda per capita inferior a meio salário, ante 19,8% no restante do Brasil.

O desafio fica ainda mais evidente quando olhamos para as próximas gerações. Segundo a Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2024, 20,5% dos

jovens amazônicos não estudavam, não trabalhavam e não procuravam trabalho. São talentos que precisam encontrar caminhos para desenvolver seu potencial dentro da própria região.

A ausência da economia formal cria vazios. E o dito popular nos lembra que espaço vazio é espaço a ser ocupado. Resta saber por quem. Levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que a cocaína apreendida em 2024 já representa a sexta “commodity” mais valiosa da Amazônia Legal, movimentando mais do que cadeias tradicionais da economia regional.

Essas disparidades e suas consequências nos colocam diante de uma questão que precisa ser parte importante do debate sobre o futuro amazônico: a de que manter um patrimônio ambiental dessa dimensão passa, fundamentalmente, por criar oportunidades para quem chama o bioma de casa.

O Observatório da Amazônia, órgão do Instituto Amazônia+21 responsável por monitorar e analisar a região a partir de informações oficiais, identificou que municípios mais associados a uma economia predatória, marcada por atividades como garimpo, grilagem e ciclos de desmatamento, apresentam também maior volatilidade econômica.

Se o extrativismo irresponsável deixa como marca a instabilidade, fortalecer atividades produtivas capazes de produzir riqueza de forma duradoura é parte da resposta. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) já sinalizou que, entre os 11% dos municípios brasileiros que conseguiram elevar sua renda per capita nas últimas duas décadas, 60% registraram aumento da atividade industrial. Isso acontece porque o segmento gera

empregos de maior qualidade, impulsiona inovação, fortalece fornecedores locais e cria mercados capazes de transformar vocações regionais em negócios sustentáveis.

É esse o caminho que precisamos construir para a Amazônia: uma economia formal, produtiva, próspera e ambientalmente responsável. E é importante dizer que industrializar a região não significa reproduzir modelos ultrapassados, mas desenvolver uma nova indústria, descentralizada, inclusiva e integrada às cadeias produtivas, baseada na qualificação das pessoas, na agregação de valor e na conservação dos ativos naturais.

Para isso, é preciso também corrigir uma distância importante entre potencial e investimento. A Amazônia Legal responde por 26% do valor gerado pela agropecuária brasileira, mas foi alvo de 19,2% do crédito rural entre 2013 e 2024, que pode financiar excelentes projetos agroflorestais. Na indústria, a região é responsável por 9% do valor gerado no país, mas recebeu apenas 3,9% dos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinados ao setor no mesmo período.

O potencial da floresta é mais do que claro. Mas não haverá futuro se não enxergarmos a região por inteiro. É preciso ir além da preservação do meio ambiente, construindo soluções que conectem capital, conhecimento e território, com as pessoas no centro. O objetivo é que mais riqueza seja produzida e que ela permaneça na Amazônia. Porque, para manter a floresta em pé, é preciso criar oportunidades para quem vive nela. E uma Amazônia verdadeiramente sustentável precisa ser, acima de tudo, uma Amazônia próspera.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

O trigo e o joio

A menos de duas semanas do primeiro turno, de 4 de outubro, o Brasil chega às urnas carregando, ao mesmo tempo, dois dos maiores escândalos de corrupção de sua história recente: o caso do Banco Master e o esquema de descontos indevidos sobre aposentadorias do INSS, que não são episódios menores nem circunscritos.

Lama

Esses fatos atravessam partidos, atingem o entorno da Presidência da República e, o que é mais grave para a estabilidade institucional do país, colocam sob suspeita parte dos próprios ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). É difícil lembrar de um momento em que a política, o sistema financeiro, a Previdência e a mais alta Corte do país tenham sido salpicados pelo mesmo tipo de lama, ao mesmo tempo, às vésperas de uma eleição presidencial.

Bancando

O Banco Master, liquidado pelo Banco Central em novembro de 2025 após acumular dívidas próximas de R\$ 40 bilhões, deixou de ser apenas um caso de insolvência bancária. O processo tornou-se sinônimo de uma crise sistêmica profunda.

Seu controlador, Daniel Vorcaro, foi preso duas vezes: a primeira quando tentava deixar o Brasil de jato particular, e a segunda em nova fase da Operação Compliance Zero. Atualmente, Vorcaro negocia uma delação premiada cujo alcance ainda permanece desconhecido.

Disseminado

O que já se sabe basta para inquietar a opinião pública. Reportagens apontam repasses mensais a Guido Mantega e milhões pagos ao escritório da família do ex-ministro Ricardo Lewandowski.

Além disso, destaca-se um contrato de R\$ 129 milhões com o escritório de advocacia da esposa do ministro Alexandre de Moraes, interrompido apenas quando o banco foi liquidado.

A lista de citados atravessa todo o espectro político, de Michel Temer a Flávio Bolsonaro, que teria negociado dezenas de milhões com Vorcaro para financiar um filme sobre o pai. A investigação chegou também ao Senado, com apurações da Polícia Federal sobre o então líder do governo na Casa, Jaques Wagner.

Trabalhador partido

No caso do INSS, milhões de aposentados sofreram descontos associativos retirados de seus benefícios sem autorização válida, causando um dano concreto. Fato recorrente ao orçamento de famílias que já sentem, na ponta, os efeitos da desaceleração econômica. Corrupção, nesses dois casos, traduz-se em dinheiro público mal cuidado, ausência de fiscalização e benefício previdenciário corroído. Vale lembrar que tudo isso às vésperas de um pleito que decidirá quem lidará com as consequências fiscais desses episódios pelos próximos anos.

A Polícia Federal, a Controladoria-Geral da União (CGU) e a própria Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) seguem na apuração de fatos, depoimentos e produzindo provas, num processo lento, imperfeito e sem muita esperança de conclusão integral às vésperas do pleito. A opinião pública, por sua vez, manifesta ceticismo quanto ao fim dessas apurações e à efetiva condenação dos réus, sobretudo das elites no poder.

Desmoralização

Separar o trigo do joio, portanto, configura uma tarefa urgente que deveria caber prioritariamente à Justiça. Contudo, na prática institucional vigente, não há, de fato, a quem recorrer internamente.

Quando a mesma Corte que investiga é também, em algum grau, investigada, o desgaste não fica restrito ao governo de plantão. Esse fator afeta a arquitetura inteira de freios e contrapesos sobre a qual se apoia a democracia brasileira.

Nesse sentido, é razoável dizer que a responsabilidade de pela atual crise de credibilidade não pertence a um único Poder. O problema decorre de um entrelaçamento complexo entre política, mercado financeiro e Justiça, setores que se acostumaram, ao longo de décadas, a naturalizar zonas de influência mútua.

Voto informado

Diante disso, cabe a pergunta que qualquer eleitor tem o direito de fazer antes de votar: quem, entre os nomes que disputam ou sustentam candidaturas em outubro, esteve de fato alheio a esses episódios e quem apenas não foi, até agora, formalmente citado?

A frase que foi pronunciada:

"Se o Banco Master foi criado no governo Bolsonaro, Vorcaro virou banqueiro no governo Bolsonaro e virou prisioneiro no governo Lula, por que aliados de Lula não querem investigação? Para favorecer Bolsonaro?"

Dona Dita, acompanhando o noticiário

História de Brasília

A Câmara dos Deputados perdeu 75 minutos discutindo o projeto revogando a proibição contra lutas de galos. Pois bem. Depois disso, em 45 minutos aprovou 17 outros projetos, muitos dos quais de grande importância. (Publicada em 26/5/1962)